

Fatores de risco e proteção em jovens a cumprir medidas tutelares educativas na comunidade

Bárbara R. O. Fernandes¹ & Cristina Neves

Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz
Correio eletrónico: ¹ barbararofernandes@gmail.com

Resumo

A presente investigação pretende caracterizar o fenómeno da delinquência juvenil no contexto português, através da análise do risco de reincidência de jovens a cumprir medidas tutelares educativas em meio livre. A investigação teve por base uma linha empírica, tendo-se recorrido essencialmente à leitura processual dos dossiers dos jovens com acompanhamento técnico no âmbito de uma medida tutelar educativa na comunidade. No total foram avaliados 90 jovens, 13 do sexo feminino e 77 do sexo masculino. Além dos dados de caracterização desta população serão ainda apresentados dados relativos a um breve período de *follow-up* retrospectivo, demonstrando assim, que os jovens que possuem um maior nível de risco e menor nível de proteção tenderam a demonstrar ocorrências durante o cumprimento da medida.

Palavras-chave: [3236] Delinquência; Fatores de Risco; Fatores de Proteção; Medidas Tutelares Educativas

Abstract

This research aims to characterize the phenomenon of juvenile delinquency in the Portuguese context, through the analysis of multiple risk factors, potentially predictive of recidivism in youth executing juvenile court-ordered measures in the community. The empirical research was based on information from individual. In total 90 young people have been assessed, 13 female and 77 male. Besides characterization data, data for a short period of follow-up is also presenting, and thus demonstrating that young people have a higher level of risk and lower protection level, tended to show occurrences while executing juvenile court-ordered measures.

Keywords: [3236] Criminality, Risk Factors, Protective Factors, Juvenile Court-ordered Measures

Introdução

A delinquência tem vindo a ser alvo de diversos estudos, nos vários domínios da ciência comportamental, sendo estes maioritariamente internacionais (e.g.: Farrington, & Loeber, 2000). Considerando a escassez de dados portugueses sistematizados sobre os fatores de risco e proteção nos jovens delinquentes, surgiu a presente investigação com o objetivo de obter uma melhor compreensão e conhecimento do comportamento delinquente na adolescência, através da análise do risco de reincidência de jovens portugueses a cumprir medida tutelar educativa na comunidade.

Os estudos relativos aos fatores de risco indicam que estes podem ser definidos como características ou variáveis que quando presentes num indivíduo predizem um aumento da probabilidade de comportamentos delinquentes (Kazdin, Kessler, Kopfer, & Offord, 1997; Murray, & Farrington, 2010; Shader, 2000). Deve referir-se que não existem fatores de risco chave para que se garanta que o jovem vai reincidir, existem sim, determinados fatores de risco que associados entre si podem aumentar ou diminuir o risco de reincidência, pelo que o uso de instrumentos neste âmbito irá permitir a identificação desses fatores e consequentemente informar as áreas que devem ser trabalhadas.

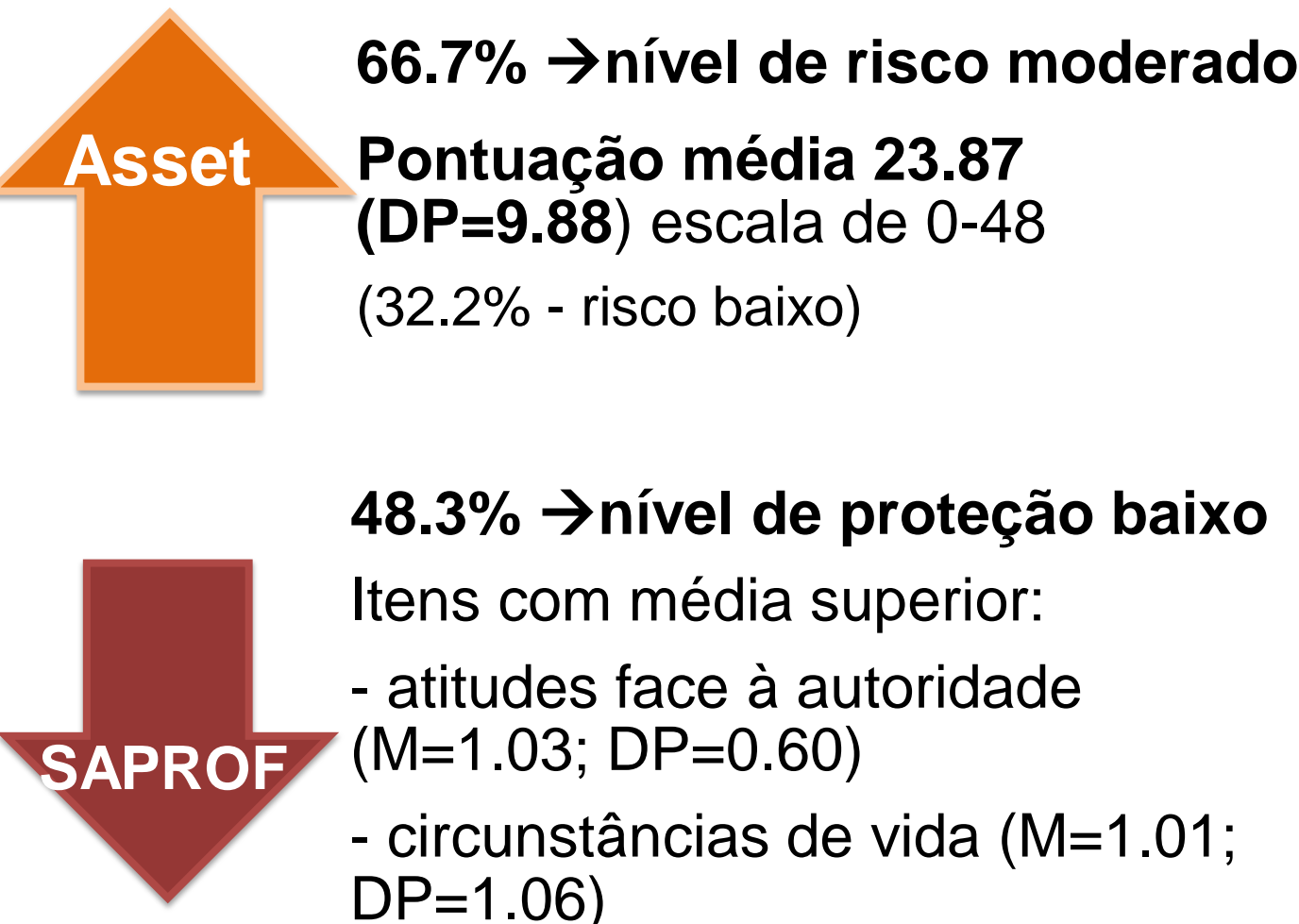
Relativamente aos fatores de proteção, as investigações indicam que a presença destes pode diminuir o risco do comportamento delinquente (e.g.: Farrington, & Loeber, 2000; Wasserman, Keenan & Tremblay, 2003). Contudo, na avaliação de risco a maioria dos instrumentos tende a negligenciá-los.

Em Portugal, a Lei Tutelar Educativa (LTE, Lei-166/99, de 14 de setembro) regula e certifica a intervenção nos jovens delinquentes, tendo em conta o interesse do menor e a segurança da sociedade. Aquando a aplicação de medidas no âmbito da LTE, conhecer a probabilidade de reincidência dos atos delituosos pode ajudar a determinar qual a medida mais favorável a aplicar ao jovem. Neste sentido, são elaboradas avaliações que se demonstram fundamentais na prevenção e redução do risco, porque permitem identificar as áreas e a intervenção adequada ao jovem, contribuindo para prevenção da reincidência (Andrews, Bonta & Hoge, 1990; Douglas & Lavoie, 2006).

Resultados

Tipo de Comportamento	Factos qualificados	Medidas Tutelares Educativas	Condenações Anteriores
Violento 62 (68.9%) Não violento 25 (28.7%)	Roubo 27 (30%)	Acompanhamento Educativo 37 (41.1%)	65 (77.2%) Jovens Sem Condenações
Critério Legal: jovens com comportamento de natureza violento (comportamento violento: crimes contra as pessoas e crime de roubo)	2º facto mais praticado: Ofensas à integridade física 25 (27.8%)	2ª medida mais aplicada: Prestações económicas/Tarefas a Favor da Comunidade 20 (22.2%)	14(15.6%) Jovens uma condenação

Resultados gerais: Asset e SAPROF

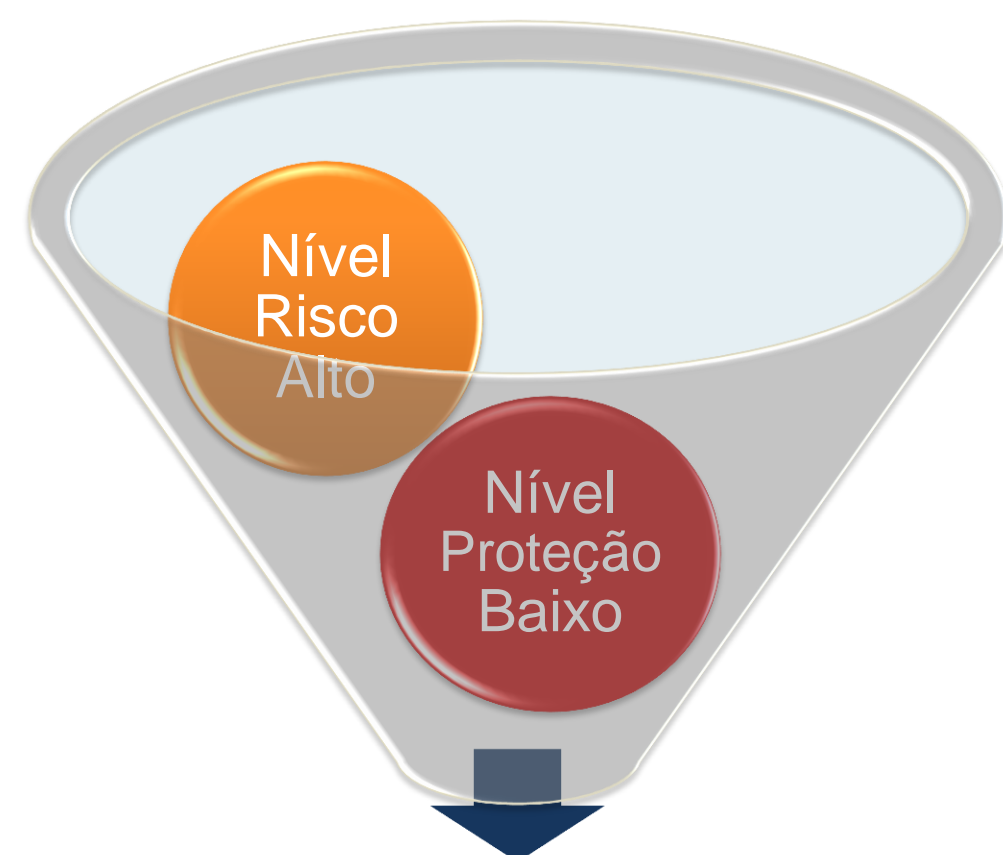


Resultados semelhantes

Wilson e Hinks (2011): 54.4% (n=5126) nível de risco moderado.

Baker et al. (2005): 40.17% (n=2233) nível médio de risco.

Hawkins et al. (2009): Jovens envolvidos com o sistema de justiça tendem a apresentar mais fatores de risco e menos fatores de proteção.



Jovens com classificações altas no Asset e baixas no SAPROF tenderam a apresentar situações de incumprimento^a e/ou comportamento^b antissocial/desviante

^a(Asset: AUC=.669 (Erro padrão=.062; IC a 95%: .548-.790; SAPROF: AUC de .693 (Erro padrão=.067; IC a 95%: .562-.824)

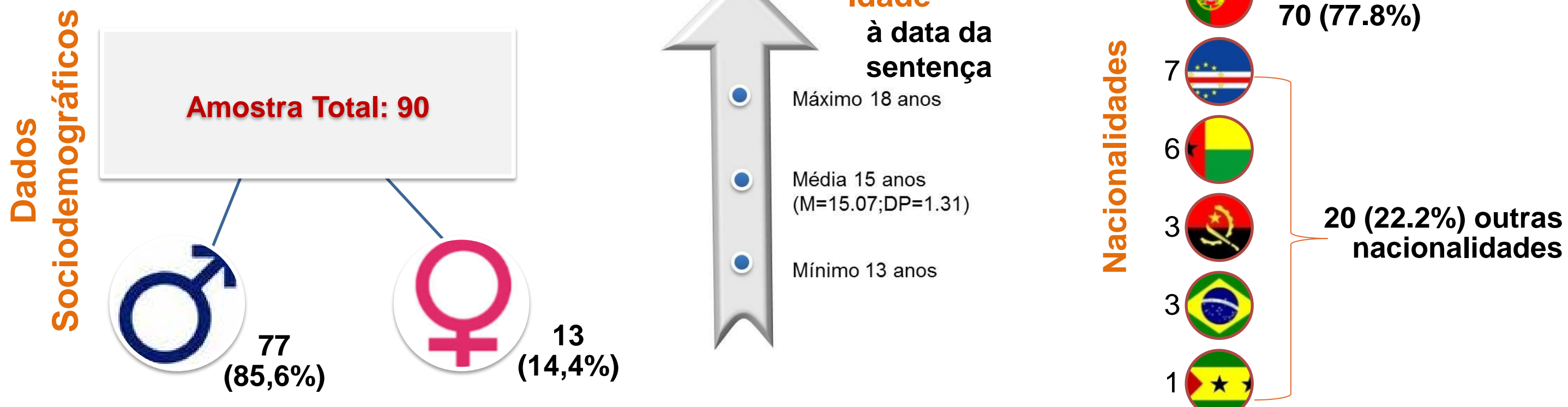
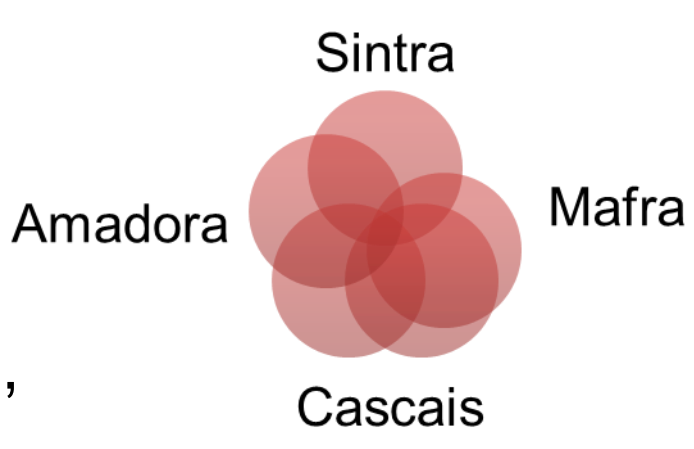
^b(Asset: AUC =.737 (Erro padrão =.054; IC a 95%: .630-.843; SAPROF AUC=.783 (Erro padrão=.054; IC a 95%: .678-.888)

Considerando que a probabilidade de reincidência está associada à presença de fatores de risco, e que a diminuição de risco de reincidência está associada a um nível de risco baixo, ou a um nível de proteção considerável, era expectável que, os jovens com maior risco fossem os que mais incumprem e apresentam comportamentos antissociais, tal como demonstra a presente investigação.

Participantes

Esta investigação analisou jovens de vários concelhos:

- acompanhados pela equipa da DGRSP territorialmente competente,
- em início de cumprimento de medida tutelar educativa na comunidade e que tinham sido alvo de avaliação pré-sentencial.



Procedimento

- Leitura dos processos
- Discussão dos processos
- Cotação dos instrumentos
- Revisão dos casos

Recolha de dados:

26 de março a agosto de 2013

2 períodos distintos, de recolha de informação

Período de avaliação de risco: informação desde entrada do jovem na equipa até ao início da medida.

Período de follow-up: informação desde o início da medida até à última informação documental. Duração do *follow-up* em meses: **Min. 1 | Máx. 17 (M =5.43; DP=5.11)**

Instrumentos



Asset

(com direitos reservados à Youth Justice Board, e.g. Baker et al., 2005, traduzido para português para este estudo por Fernandes, & Neves, 2013)

Identifica fatores chave da reincidência

Consistência Interna: Baker et al., 2005: nível aceitável; **Presente estudo:** Alfa de Cronbach **0.795**



SAPROF

(De Vogel, et al., 2011; versão portuguesa para adultos de Neves, & Soeiro, 2012, adaptação para jovens para este estudo por Fernandes & Neves, 2013)

Avalia fatores de proteção para o comportamento violento.

Consistência Interna: presente estudo: Alfa de Cronbach **0.719**

Conclusão

Esta investigação permitiu obter uma melhor compreensão do comportamento delinquente de jovens a cumprir medidas tutelares educativas na comunidade. Tendo por base a análise de múltiplos fatores de risco e proteção foi possível determinar o seu risco de reincidência, que se baseia na identificação de características que poderão contribuir para a construção de programas de prevenção e intervenção nacionais.

O Asset revelou-se um instrumento com potencialidade na predição da reincidência e útil na recolha de informações quantitativas e qualitativas dos vários domínios da vida do jovem e relevantes para a identificação das necessidades criminógenas, podendo pois constituir um importante auxiliar na elaboração de um plano de intervenção individual.

Das limitações do estudo devem ser referidas: o facto de o estudo se ter centrado maioritariamente na leitura processual, não tendo sido realizadas entrevistas aos jovens que permitiriam uma recolha mais alargada de informação; o facto de o estudo ser retrospectivo, que obrigou um reposicionamento no tempo, mais vulnerável a perdas de informação e à artificialidade da situação, bem como o facto de o período de follow-up ter sido reduzido.